

## **Resolução Política Sindical do Conselho de Representantes**

18 de março de 2022, Brasília/DF.

Os membros do Conselho de Representantes da Fenajud, nesta data, após análise da conjuntura, aprovam a seguinte resolução:

De 2016 até os dias atuais a formação de uma ampla maioria conservadora no Congresso Nacional, que tem aprovado projetos que retiram direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, promovem o desmonte do Estado e, por sua vez, das políticas públicas, retoma novo processo das privatizações de estatais estratégicas, em descompasso com as iniciativas de reestatização observadas na Europa, e contribui para destruição da soberania nacional.

Ainda para fins de registro histórico, também em 2016, o congresso aprovou a Emenda Constitucional 95, que representa um profundo retrocesso no financiamento das políticas públicas – Educação, Saúde, Transporte, Moradia, Segurança entre outros. O aumento dos investimentos públicos foi congelado por 20 (vinte) anos. O resultado da manutenção dessa Emenda Constitucional tem impedido a ampliação e melhoria na prestação dos serviços públicos. Os trabalhadores e as camadas populares da sociedade têm sido os mais prejudicados.

No ano seguinte, a Reforma Trabalhista e a Lei de Terceirização foram aprovadas, apesar da resistência e luta dos movimentos sindical e social. A despeito das



61 3321 0242/5349



[www.fenajud.org.br](http://www.fenajud.org.br)

teses apresentadas pelo governo e seus aliados no congresso, os quais alegaram que ao modernizar as relações de trabalho, geraria milhões de novos empregos, a promessa não se cumpriu. Ao contrário, o que se constata é um profundo retrocesso na proteção e relações de trabalho. A propagação oficial de que a reforma geraria milhões de empregos, na prática, mostrou-se falaciosa.

Outra cruel proposta legislativa aprovada recentemente, que retirou direitos e proteção social dos trabalhadores brasileiros tanto do serviço público como da iniciativa privada, foi a Reforma da Previdência. Implantou a idade mínima para os trabalhadores, limitou o valor das pensões por morte, alterou o cálculo do valor das aposentadorias, entre outros pontos que dificultam o acesso tanto à aposentadoria como a garantia de um justo recebimento de proventos.

Para agravar ainda mais a situação econômica, política e social a Pandemia da Covid 19 desencadeou uma crise sanitária sem precedentes na história de nosso país. Infelizmente, mais de 650 mil pessoas perderam suas vidas. O governo federal foi incapaz de planejar e executar, com o conjunto de Estados e Municípios, um plano nacional de enfrentamento a situação sanitária do país. A irresponsabilidade do governo federal no trato das aquisições das vacinas no tempo adequado, incluindo-se aí denúncias de propinas, conforme levantou a CPI do senado, contribuiu para o número expressivo de óbitos.

Se não fosse a capilaridade, expertise e capacidade técnico-operacional do SUS, apesar da política de desmonte e desinvestimento ainda em curso, bem como a aprovação do plano aprovado pelo Congresso, fruto da atuação das oposições, a catástrofe teria sido numa escala ainda maior. Ademais, a CPI da Covid e a retomada dos atos de rua ajudaram a pressionar o Governo Bolsonaro a acelerar a compra,

distribuição e aplicação das vacinas.

Nesse mesmo período, por causa da política econômica em curso, pautada pela austeridade fiscal e financeirização do Estado, as condições sociais da população brasileira regrediram a tal ponto que o país voltou ao mapa da fome. Em 2021, mais de 100 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar e outros 20 milhões passaram fome. Na contramão da mesma avenida os lucros do sistema financeiro alcançaram cifras bilionárias. Como resultado, tem-se verificado a ampliação da gritante desigualdade social brasileira.

A inflação na casa de dois dígitos em 2021, com destaque para o aumento contínuo e expressivo dos combustíveis fruto de uma desastrosa política de paridade da Petrobras com preços internacionais do barril, têm corroído os salários dos trabalhadores. O desemprego em altos níveis, o número significativo de desalentados e o endividamento financeiro de parcela significativa da população contribuem para redução da massa salarial e uma precarização do trabalho a níveis extremos, com a “uberização” e a indústria 4.0 a todo vapor.

Ainda em 2021, a unidade dos servidores públicos de todos os níveis e esferas foi determinante para barrar a votação da proposta de Reforma Administrativa – PEC 32, de autoria do Governo Bolsonaro, no plenário da Câmara dos deputados. Essa vitória foi fruto do engajamento do movimento sindical do serviço público em torno de uma luta de dimensão nacional, que consistiu no diálogo permanente com os parlamentares e, principalmente, com a sociedade acerca dos retrocessos sociais previstos na proposta. A aprovação da PEC 32 representaria a destruição do serviço público como instrumento de proteção social previsto na Constituição Federal, não obstante os limites postos pelas reformas aqui descritas. Portanto, a PEC 32, não atingiria apenas os trabalhadores



públicos, seu alcance destrutivo impactaria a vida de milhões de trabalhadores que precisam e são usuários dos serviços públicos.

Por outro lado, não foi possível derrotar o governo na aprovação da PEC 109, que contribui para uma política de arrocho salarial dos servidores públicos das três esferas. Vejamos: a referida emenda 109 estabelece o congelamento de remunerações, vantagens, progressões nas carreiras, realização de concursos públicos, sempre que a relação entre despesa corrente e receita corrente dos Estados, DF e Municípios for superior a 95%.

Observemos, pois, pela linha histórica desenvolvida, que a partir do golpe político, parlamentar, jurídico e midiático de 2016, que destituiu uma Presidenta da República eleita democraticamente, deteriorou profundamente o ambiente político econômico e social da nação trazendo consigo invariavelmente a característica antipopular, antisindical e antitrabalhista. Com o surgimento, no início de 2020, da pandemia provocada pela Covid 19 a situação só piorou.

As medidas iniciadas por Temer por meio do Programa Ponte para o futuro, e, em continuidade, com a eleição do Governo Bolsonaro, deterioraram o ambiente político, econômico e social da nação.

Diante de tais fatos, é necessário que o país mude de rumo tanto na seara política quanto na econômica. É visível o empobrecimento da população brasileira e o aprofundamento das desigualdades sociais no país. De igual modo, parcela significativa dos trabalhadores do judiciário estadual no país sofrem perdas salariais, precarização das relações de trabalho, reestruturação produtiva entre outros.



O Brasil precisa de um Programa político voltado a defender e ampliar direitos, com a defesa da soberania nacional e das nossas riquezas, com uma política econômica que promova crescimento, distribuição de renda, valorização e proteção do trabalho, respeito ao meio-ambiente e a defesa da democracia.

Nesse sentido, as eleições em 2022 representam uma oportunidade histórica para mudanças de rumo no nosso país. Embora a classe trabalhadora seja a maioria esmagadora da sociedade, a maior parte dos governantes e parlamentares eleitos no país não tem origem nessa classe social. Precisamos mudar essa correlação de forças elegendo representantes comprometidos com esse programa.

A classe trabalhadora, portanto, está aquém da sua necessária representação política. Por exemplo, na última eleição em 2018, foi eleita uma das menores bancadas parlamentares do Congresso Nacional oriunda dos trabalhadores e trabalhadoras. Por causa dessa situação, a maioria parlamentar conservadora no Congresso Nacional, advinda dos setores empresariais, do agronegócio e das oligarquias políticas, tem conseguido aprovar a maioria dos projetos que desmontam a proteção social do Estado, retira direitos dos trabalhadores e enfraquece o papel do Estado. Os trabalhadores precisam ser conscientizados que é necessário votar em candidatos que tenham história e compromisso com a sua pauta.

A Federação não pode se omitir aos fatos postos pela conjuntura e as duras consequências caso o Brasil permaneça neste caminho. Para fazer frente a tão difícil momento da vida nacional, será preciso estabelecer, dentro dos limites da legislação, um conjunto de ações que ajude a conscientizar os trabalhadores representados pela entidade, a só apoiarem candidaturas que tenham compromisso com um projeto voltado a atender as demandas populares, a exemplo da revogação da PEC do Teto, da Reforma Trabalhista e Previdenciária, da derrota da Contrarreforma Administrativa.



Enquanto representantes dos servidores do Judiciário nos Estados, em parceria com as entidades de base, devemos buscar reverter as perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos anos, assegurar maior valorização funcional para os servidores do Judiciário nos Estados, entre outros elementos. Similarmente, precisamos também reforçar nossa atuação político-institucional perante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Em ambos os contextos, é fundamental que tenhamos maior representatividade política perante as esferas do poder judiciário nacional e locais.

Convidamos os sindicatos filiados e os seus Dirigentes para participarem dessa empreitada, garantindo as condições para seu êxito. Uma das ações a cumprir, será a publicação até o final do primeiro semestre, da Plataforma da Classe Trabalhadora - Fenajud. Nesse intervalo, vamos dialogar com a Fenamp e a Fenajufe para que a próxima plataforma seja fruto da construção do Sistema de Justiça, ampliando ainda mais o seu alcance, contribuindo para que mais trabalhadores possam entender o que estará em jogo nas próximas eleições. O debate será feito no campo da defesa dos interesses dos trabalhadores e do mundo do trabalho. De forma complementar, é importante também que venhamos ampliar nossas atenções para além das entidades que representam os servidores do sistema de justiça. Nesse sentido, é imperativo que busquemos o diálogo com as representações do Fisco Nacional, Andes, entre outras.

Ao longo da nossa história de luta e organização dos trabalhadores, ficou evidente que apenas a luta corporativa, em uma sociedade cada vez mais globalizada e com profundas mudanças nas relações e organização do trabalho, tem demonstrado os seus limites. Nossos sonhos não cabem somente nas urnas e em processos eleitorais postos. Para tanto, devemos estar sempre alerta, atuando em defesa do serviço público, servidores/as e da classe trabalhadora em geral. A luta do povo organizada, nas ruas,



pressionam os mandatários a cumprirem uma agenda política, no mínimo, mais progressista.

No entanto, precisamos ter a clareza de que é no campo político insitucional onde as leis são formuladas e onde o *lobby* agrário-empresarial se consolida. Os trabalhadores e as trabalhadoras precisam entender que é essencial participarem diretamente dos rumos da sociedade e do Estado brasileiro. Para conseguir esse desiderato será necessário ocupar os espaços da democracia representativa, ou seja, os parlamentos e os governos. Nesse sentido, as eleições deste ano, são de suma importância para o início de um novo tempo em nosso país.

Nesse sentido, este Conselho de Representante (C.R.), **APROVA:**

- a) Publicar até o final do primeiro semestre, a Plataforma da Classe Trabalhadora – Fenajud;
- b) O lançamento de candidaturas de trabalhadores e trabalhadoras dos judiciários estaduais aos parlamentos federal e estaduais afinadas com o projeto político apresentado neste documento;
- c) Em não havendo essas candidaturas naturais o também apoio às que, dentro do espectro político progressista, apoiem a nossa pauta nacional e nos estados;
- d) No campo das disputas majoritárias, seja para presidente e/ou governos estaduais ou senadores, este C.R. defende o apoio às candidaturas identificadas com nossas pautas de lutas;
- e) participar da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), dia 7 de



abril, bem como de quaisquer outros fóruns de discussão que envolvam a classe trabalhadora;

- f) incentivar que os sindicatos filiados promovam debates com candidaturas advindas da categoria bem como com os governadores dos respectivos estados.

As eleições de 2022 representam o sopro de Esperança e Mudanças na Vida dos Trabalhadores Brasileiros. Trabalhadores, uni-vos!

### **Conselho de Representantes da Fenajud**